



Ministério da Educação  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Centro de Formação Continuada de Professores  
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal  
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação  
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

## **A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Joseli de Oliveira Campos Almeida

Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes  
Professor-tutor Msc. Evanilson Araújo Santos

Brasília, dezembro de 2015.

**Joseli de Oliveira Campos Almeida**

**A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO COLETIVA  
DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Brasília, dezembro de 2015.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Joseli de Oliveira Campos Almeida

### **A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, do Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas e Coordenação de Formação Continuada de Professores, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora e com a referida titulação.

#### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Rosana César de Arruda  
Fernandes  
(UNB)  
(Orientadora)

---

Prof<sup>o</sup> Ms. Evanilson Araújo  
Santos(SEDf)  
(Tutor-Orientador)

---

Prof<sup>o</sup> Mestre  
RODRIGO SOARES GUIMARÃES RODRIGUES  
(Examinador externo)

Brasília, dezembro de 2015

Dedico este trabalho a minha mãe, por todo apoio dado a minha trajetória estudantil, a meu querido pai, em memória, por toda garra que sempre me ensinou a ter. Ao meu esposo pela compreensão nos momentos de estudo e a minha filha, razão de todo meu esforço e do meu viver.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me oportunizar o dom da vida e pela sabedoria e saúde que me concede todos os dias.

Aos meus pais pelo imenso amor que me dedicam e que por me indicaram o caminho para os estudos desde muito cedo, sempre me incentivando.

Ao meu esposo e a minha filha pela compreensão e amor incondicional.

A todos os professores que contribuíram transmitindo seus saberes e me orientando sempre que necessitei.

Aos colegas que contribuíram como interlocutores na pesquisa, com prontidão e dedicação, mesmo em tempos de greve. Também aos colegas que contribuíram para o meu crescimento cognitivo através dos fóruns e debates.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a participação do coordenador pedagógico na elaboração, avaliação e reformulação do Projeto político-pedagógico, reafirmando a importância deste profissional e definindo suas atribuições neste processo crucial para as instituições de ensino. Para esta análise foi realizada uma pesquisa qualitativa, que foi desenvolvida numa escola pública do Distrito Federal. Através desta pesquisa foi constatado que a participação do coordenador pedagógico, além de indispensável, precisa estar contemplada no projeto político-pedagógico da instituição, definindo qual será a participação deste profissional, para que não haja nem excessos, nem omissões por parte do coordenador na construção da proposta. Neste constam também, escritos sobre a importância do projeto político-pedagógico na construção da identidade das instituições, bem como sua necessidade para a realização do trabalho pedagógico coletivo e organizado.

**PALAVRAS CHAVE:** Coordenador pedagógico, projeto político-pedagógico e trabalho coletivo.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 07 |
| 1 METODOLOGIA.....  | 10 |
| 1.1 O ambiente da pesquisa.....                                   | 10 |
| 1.2 Os interlocutores da pesquisa.....                            | 11 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....  | 12 |
| 2.1 A descentralização e o embasamento.....                       | 13 |
| 2.2 Perspectivas, dinamismo e avaliação.....                      | 15 |
| 2.3 O Coordenador pedagógico – conflitos e identidade.....        | 17 |
| 2.4 O papel do coordenador pedagógico.....                        | 18 |
| 2.5 O coordenador pedagógico e o projeto político-pedagógico..... | 19 |
| 3 ANÁLISE DOS DADOS.....  | 21 |
| 3.1 Análise dos questionários .....                               | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 28 |
| REFERÊNCIAS.....  | 30 |
| APÊNDICES.....  | 32 |

## INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico é o documento que norteia as ações pedagógicas, que evidencia a identidade da instituição e que possibilita o planejamento coletivo. Na elaboração, avaliação e reformulação desse documento de tamanha importância, o coordenador pedagógico tem papel fundamental. Mas que papel é esse? Como deve atuar esse profissional?

Atuei em uma instituição como coordenadora pedagógica e sempre busquei executar da melhor maneira possível o que era de minha atribuição. Mas, em uma de minhas atribuições senti que não a exerci da melhor forma e foi justamente na avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico. Talvez pela atuante participação dos gestores, me senti apenas como uma ouvinte nesta reformulação, fato que me inquietou. Passei então a me questionar, o que devo fazer? Surgiu daí desejo de ter uma definição de como deve atuar o coordenador nesse processo.

Então, esse passou a ser meu desejo de descoberta: Que papéis devem ser desempenhados pelo coordenador pedagógico na escola pública de Ensino Fundamental? Sua atuação é contemplada e prevista na construção do projeto político-pedagógico?

Na busca por respostas a estas questões elenco os objetivos deste trabalho:

- Objetivo Geral:
  - Analisar a participação do coordenador pedagógico no processo de construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico.
  
- Objetivos Específicos:
  - Analisar como ocorre a elaboração do projeto político-pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
  - Analisar a importância do coordenador para a escola, bem como, sua atuação na construção, avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico.

Para compreender qual a verdadeira função do coordenador pedagógico na elaboração do projeto político-pedagógico este trabalho contém um referencial teórico com alguns temas relacionados ao assunto, bem como o embasamento legal



de pontos importantes do projeto político-pedagógico. Além deste referencial foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa na Escola Classe Vila Buritis, localizada no Recanto das Emas - DF. A pesquisa foi feita utilizando a análise documental do projeto político-pedagógico da instituição e dados foram coletados através de questionários respondidos por profissionais da instituição.

A Escola Classe Vila Buritis está situada no Setor Habitacional Águas Quentes, no Recanto das Emas. Foi inaugurada no dia 13 de agosto de 2009. Havia um enorme clamor por essa escola devido a grande demanda de alunos que transbordava nessa comunidade. Antes dela, o Centro de Ensino Fundamental Myriam Ervilha, atendia as três etapas de ensino, com uma estrutura física insuficiente para suportar tantos estudantes. Além disso, ainda tinha os alunos oriundos das proximidades rurais, que enfrentavam várias dificuldades para ter acesso aos estudos.

Diante disso, a construção dessa escola foi vista com bons olhos por todos, ofuscando, de certa forma, um olhar mais detalhado sobre as falhas cometidas no planejamento da estrutura física. Ou seja, somente após passar toda a euforia pela inauguração, que a comunidade começou a perceber que, apesar da construção dessa escola ter sido muito boa, ela não seguia os padrões das escolas da rede, sem ambientes favoráveis a uma educação mais dinâmica, interdisciplinar, multicultural e inclusiva.

A Unidade Escolar tem a capacidade de atendimento até 950 alunos, distribuídos em turmas de 1º ao 5º ano e duas Classes Especiais. A escola desenvolve o Projeto Interventivo, Reagrupamento, atividades diferenciadas, o atendimento individualizado, festividades de algumas datas comemorativas e desenvolve diversos projetos visando o desenvolvimento cultural e das aprendizagens.

A comunidade escolar caracteriza-se como famílias com poucos recursos financeiros e apresenta estruturação familiar diferenciada e com dificuldades. São bem participativos nas atividades festivas, comparece em grande número nos eventos realizados como festa junina, feira literária, festa da família. Nas reuniões de pais e mestres, assembleias e reuniões do conselho escolar esse número diminui. Boa parte dos alunos tem pouco acesso a eventos culturais extraescolares, como cinema, teatro e outros. Trata-se de uma escola consideravelmente nova, que está

construindo aos poucos sua história, que tem buscado atender da melhor forma possível seus estudantes.

Faço parte desta instituição desde a sua inauguração e vivenciei duas construções distintas de projeto político-pedagógico. A primeira foi realizada de forma unilateral, visto que, o projeto político-pedagógico foi elaborado por uma das gestoras e apresentado posteriormente aos profissionais da instituição. Em outro momento, após perceber que dessa forma o projeto político-pedagógico não seria efetivado e que aquele documento não tinha relação com a realidade houve uma nova construção, desta vez de forma coletiva, com a participação de pais, professores e demais profissionais da instituição. Mas, em ambos os processos não pude perceber claramente qual seria o campo de ação do coordenador pedagógico.

O processo de construção do projeto político-pedagógico em uma unidade escolar, nos moldes da gestão democrática, deve ser realizado de forma coletiva. Sabemos que o coordenador pedagógico é um profissional importante nesta construção, torna-se relevante então, evidenciar suas reais atribuições nesse processo e assim contribuir especificando para esse profissional, de que maneira deverá ser sua participação no momento de construção da identidade da escola.

Diante deste contexto, a presente pesquisa tem como intuito, elucidar e especificar o papel do coordenador pedagógico na construção do projeto político-pedagógico. Para que este saiba qual deve ser sua participação, definindo até que ponto vai sua autonomia. Para que não haja nem omissão, nem excessos por parte deste profissional nas ações de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-pedagógico da instituição na qual faz parte.

## **1 METODOLOGIA**

A pesquisa pode oportunizar um novo olhar sobre o objeto pesquisado, pode motivar a mudança de conceitos e concepções. Através dela poderá surgir o confronto de ideias e até possíveis rupturas de padrões. Neste sentido Goldenberg (2004, p.13) afirma que:

A pesquisa não se reduz a certos procedimentos metodológicos. A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância.

Para que se tenha a liberdade de enxergar novos horizontes ou mesmo se ter a certeza dos acertos é de grande importância esta etapa de organização e planejamento para a realização da pesquisa. A escolha dos caminhos adequados dará credibilidade e solidez aos resultados da mesma.

O caminho escolhido para a presente pesquisa foi direcionado à abordagem qualitativa, visto que o cotidiano escolar se apresenta repleto de peculiaridades, através desta abordagem teremos um maior aprofundamento e clareza das relações e opiniões na análise. Esta abordagem possibilita a relação direta do pesquisador com os fatos que estão sendo investigados, além de favorecer o aprofundamento do tema, em um ambiente naturalístico, sem a manipulação intencional do pesquisador (LUKED e ANDRÉ, 1986).

O método utilizado nessa pesquisa foi o estudo de caso, pois este não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo (GOLDENBERG, 2004). Como instrumentos de investigação optou-se por utilizar a análise documental, para a análise do projeto político-pedagógico da instituição escolhida e foram aplicados questionários com três profissionais da instituição, sendo 1 pedagoga do Serviço Educacional Especializado, 1 coordenador pedagógico e 1 professor regente. Todos participaram da elaboração do atual PPP da unidade escolar.

### **1.1 O ambiente da pesquisa**

A pesquisa desenvolveu-se na Escola Classe Vila Buritis, situada no Setor Habitacional Águas Quentes, na DF 280, Recanto das Emas, próximo à cidade de Santo Antônio do Descoberto. Inaugurada no dia 13 de agosto de 2009, a instituição

dispõe de 16 salas de aula, atende os alunos em dois turnos (matutino e vespertino), em turmas de 1º ao 5º ano e duas Classes Especiais, totalizando o número de 890 alunos, distribuídos em 32 turmas.

A escola é considerada pequena em comparação com algumas escolas da rede e também apresenta fragilidades na estrutura, como por exemplo, o telhado de zinco, que em épocas de calor torna o ambiente sufocante e no período de chuvas o barulho no telhado dificulta a comunicação em sala de aula, embora não tenha uma estrutura de grande padrão é de extrema importância para os moradores, pois é a única da região.

Havia um enorme clamor por essa escola devido à grande demanda que transbordava dessa comunidade que aumenta continuamente. A comunidade é bem diversificada, pois uns moram no meio rural, em chácaras e fazendas nas proximidades, outros moram na área urbana, porém situa-se numa região com escassez de comércios e órgãos públicos. A maioria dos moradores precisam se direcionar para Santo Antônio do Descoberto (cidade do Estado de Goiás) para a realização de diversos serviços. Grande parte dos alunos da instituição precisam fazer uso do transporte escolar para conseguirem chegar até a escola.

## **1.2 Os interlocutores da pesquisa**

Foram sujeitos desta pesquisa profissionais da Escola Classe Vila Buritis, sendo duas professoras regentes, uma coordenadora e uma pedagoga do serviço de Apoio a Aprendizagem. Em relação à formação profissional todas possuem graduação em Pedagogia e especialização (diversas). Todas possuem mais de 15 anos de magistério. A maioria está há mais de 05 anos na escola, com a exceção da coordenadora, que tem 3 anos que atua na instituição.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A conceituação do projeto político-pedagógico não vem a ser uma tarefa simples, assim como sua construção, avaliação e implementação. Pois, poderíamos pecar por limitar em poucas palavras a sua real grandeza. Por isso, direcionaremos nossa reflexão para a compreensão de sua importância no crescimento pedagógico e administrativo de nossas instituições de ensino.

O projeto político-pedagógico não deve ser visto apenas como uma exigência de instâncias superiores, pois ele vai muito além disso. Ele é impulsionador de reflexões, sistematizador de intencionalidades e também um ponto de partida para novas reconstruções mais elaboradas. Assim, o projeto Político-Pedagógico é antes mesmo de ser um documento, uma ação (MEURER, 2010, p.90).

Por ser um documento de construção coletiva, o projeto político-pedagógico oportuniza as reflexões, a escuta de opiniões e as ideias de todos os envolvidos no processo educativo, ele engloba as peculiaridades da comunidade escolar, tornando-se desta forma a identidade da instituição. Neste sentido, Veiga (2002) ressalta que a principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.

A autora citada apresenta também os princípios norteadores do projeto político-pedagógico que são: Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais; gestão democrática que é um princípio consagrado pela Constituição vigente; liberdade que está associada à ideia de autonomia, e o princípio central do projeto político-pedagógico que é a valorização do magistério.

Desta forma, o projeto político-pedagógico além de provocar uma organização do trabalho pedagógico da instituição, visa também o envolvimento de todos os sujeitos na elaboração, execução, reformulação da proposta pedagógica e avaliação buscando ainda a garantia de direitos dos envolvidos.

## 2.1 A descentralização e o embasamento

Nos últimos anos percebemos uma evolução no ensino e em sua organização, porém tais mudanças foram consequências de diversas reivindicações em meados das décadas de 1980 e 1990, período em que o anseio dos profissionais da área era a democratização da educação, visto que esta era pautada na centralização de poder e no autoritarismo.

Dos anos 1980 em diante, os movimentos reivindicatórios dos professores favorecem a discussão sobre o modelo burocrático e hierárquico de organização da educação e da escola, propondo a sua superação e democratização. É neste contexto histórico-político, de transição do centralismo do regime autoritário para a redemocratização, que a gestão é evidenciada na agenda política dos governos (CÓSSIO et. al., 2010, p. 327).

A partir deste período tornou-se perceptível uma grande evolução pedagógica e na organização da educação. Inúmeros conceitos, métodos, orientações e práticas tem se tornado habitual para os profissionais da educação, alguns termos que pouco ouvíamos falar, como por exemplo, gestão democrática, e o também intitulado projeto político-pedagógico, estes hoje estão em total evidência no cotidiano escolar. Tornaram-se indispensáveis para organização da prática não só pedagógica, mas também administrativa e financeira das instituições de ensino.

Todas essas mudanças na concepção da organização pedagógica das instituições tem fortalecido a democratização, o que favorece o envolvimento e participação de todos e rompe com a fragmentação do trabalho e o autoritarismo. Nesse sentido é que Veiga (1998,p.15) afirma que “a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita às normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade”.

A partir desta tomada de consciência da necessidade da participação coletiva, surgiram documentos e leis que visavam respaldar essa necessidade de autonomia. O projeto político-pedagógico foi inserido legalmente no contexto escolar após sua inclusão na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - nº 9394-96), em seu 12º artigo que diz que: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica". Este é certamente um registro que ampara parcialmente a

tão sonhada autonomia. Vale ressaltar que no próprio artigo, esta autonomia é de certa forma limitada, pois deve respeitar as normas comuns e dos sistemas de ensino local.

A ampliação desta autonomia, no caso do Distrito Federal, se dá também através da Gestão Democrática, Lei 4.751/2012, que é prevista desde a Constituição Federal de 1988, e em seu artigo 206, inciso VI, afirma que o ensino será ministrado com base no princípio da Gestão Democrática do ensino público. O sentido democrático e de participação coletiva fica ainda mais claro no artigo 14 da LDB que diz:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Adentramos a temática da Gestão democrática não para apresentá-la profundamente, mas para evidenciar este grande contexto em que o projeto político-pedagógico está inserido e também para introduzirmos a questão da participação coletiva na elaboração, avaliação e reestruturação da proposta pedagógica.

A participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico também é reafirmada no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNE, onde consta dentre as estratégias da meta 19, o seguinte trecho: “Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, [...] assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares”(GOMES e BRITTO, 2015, p. 274). Assim, a necessidade de uma construção ou reformulação de forma coletiva se torna ainda mais evidente.

O projeto político-pedagógico ao contemplar as aspirações dos interesses de todos, se torna um documento primordial e indispensável em uma instituição de ensino. Visto que, nele conseguimos elaborar um planejamento verdadeiramente coletivo e engajar seus principais atores, sem ignorar que este documento deve abarcar os anseios e necessidades específicos da comunidade escolar.

## 2.2 Perspectivas, dinamismo e avaliação

De acordo com Veiga (2003), o projeto político-pedagógico pode apresentar duas perspectivas: regulatória ou técnica e emancipatória ou edificante:

Na primeira apesar de ocorrer uma mudança, esta não pode ser vista como inovação, pois está apenas modificando o sistema atual, ocasionando assim uma mudança temporária e parcial. Além disso, apresenta uma postura normativa e descontextualizada, em que nela o projeto político-pedagógico torna-se um instrumento de controle, que nega a diversidade de interesses e visa à eficácia.

A inovação regulatória significa assumir o projeto político-pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Nesse caso, deixa-se de lado o processo de produção coletiva. Perde-se a concepção integral de um projeto e este se converte em uma relação insumo/processo/produto. Pode-se inovar para melhorar resultados parciais do ensino, da aprendizagem, da pesquisa, dos laboratórios, da biblioteca, mas o processo não está articulado integralmente com o produto (VEIGA, 2003, p. 271).

Nesta perspectiva o projeto político-pedagógico é visto como um conjunto de atividades que vão gerar um produto pronto e acabado. Onde o processo inovador orienta-se pela padronização, uniformidade e pelo controle burocrático (VEIGA, 2003).

Já na segunda perspectiva, emancipatória ou edificante, percebemos uma produção coletiva e mais humana, que visa à superação da fragmentação das ciências e prioriza pela cooperação e participação dos envolvidos. Evidencia-se nesta não apenas uma mudança, mas sim uma ruptura:

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos (VEIGA, 2003, p. 279).

Desta forma, o projeto político-pedagógico é um meio de engajamento coletivo, que desenvolve o sentimento de pertença, mobiliza os protagonistas, definindo o norte das ações, fortalecendo a construção de uma coerência comum, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003).



Além da ação coletiva o ambiente escolar exige que o projeto político-pedagógico seja um documento dinâmico, pois diante do movimento vivenciado dentro de nossas escolas torna-se indispensável o acompanhamento e a avaliação do projeto político-pedagógico para possíveis adequações.

Segundo Medel (2008), o projeto político-pedagógico não é algo acabado, finalizado, pois está sempre em construção, sendo ampliado, modificado e reconstruído de acordo com as necessidades específicas de cada escola. Desta forma, o acompanhamento e as reflexões sobre o mesmo devem ser constantes. Neste contexto vale ressaltar a importância da coordenação pedagógica espaço-tempo, que oportuniza a realização destes momentos de reflexão e avaliação.

Esse dinamismo do projeto político-pedagógico também é evidenciado por Ferreira (2003, p.248) ao afirmar que:

Na experiência diária das relações entre sujeitos, o projeto pedagógico é dinâmico, mesmo que, na escrita, permaneça o mesmo por algum tempo. Os projetos individuais, éticos, políticos, societários dos sujeitos da escola podem confluir, fortalecer, resistir ou se antagonizar ao projeto pedagógico que foi elaborado num determinado tempo e articulado nos consensos e debates – ocultos ou explícitos – entre tais sujeitos.

De acordo com as orientações pedagógicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal a apreciação dos resultados parciais e finais do projeto político-pedagógico, confrontando-os com os objetivos e ações definidas, implica a análise das causas do sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico para sua reorganização. A periodicidade da avaliação deve ser definida pelo grupo e registrada no projeto político-pedagógico.

Desta forma, o projeto político-pedagógico não pode ser considerado apenas como um documento burocrático e estático, mas sim como o instrumento inovador que irá nortear e orientar o trabalho pedagógico, respeitando as singularidades e propondo novos valores aos envolvidos neste processo. A construção do projeto político-pedagógico é determinante no processo educacional. Principalmente, para os que anseiam por ofertar uma educação de qualidade, que garanta a emancipação cultural, social e cognitiva de seus alunos. E não se pode de forma alguma negar a necessidade de avaliação de todas as ações inseridas no projeto político-pedagógico, para que assim ele se torna cada vez mais eficaz e uma identidade real da instituição.

### 2.3 O Coordenador pedagógico – conflitos e identidade

O coordenador pedagógico é um profissional de grande importância na organização do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino. Porém, um dos seus maiores desafios está em delimitar seu campo de atuação. Pois, é comum observarmos esse profissional ser engolido diante da demanda de trabalho nas instituições, que por vezes, transfere para segundo plano o que seria primordial na função. A partir daí tem surgido alguns debates sobre a verdadeira identidade do coordenador pedagógico.

Placco, Souza e Almeida (2011, p.766) ressaltam esta distorção no campo de atuação do coordenador pedagógico:

Ainda que os dispositivos legais das redes prescrevam claramente, e extensivamente, o papel do coordenador pedagógico na escola e o tema da coordenação sejam discutidos em pesquisas acadêmicas e na literatura especializada, nota-se que, na prática, esse profissional ainda toma para si (voluntária ou involuntariamente) muitas atribuições que não são de sua exclusiva responsabilidade.

Sendo o coordenador um sujeito que necessita das boas relações para colocar em prática os objetivos do grupo, muitas vezes ele busca atender todas as demandas para não adquirir a rejeição desse mesmo grupo, desta forma acaba se desviando do seu foco. Por isso, é importante que toda comunidade escolar tenha consciência das atribuições fundamentais do coordenador pedagógico.

Não basta apenas o coordenador saber de suas atribuições, pois segundo Dubar (2005), a identidade é definida como um processo de construção, imbricado com o contexto, com a história individual e social do sujeito, em que se articulam “atos de atribuição” (do outro para si) e de “pertença” (de si para outro), em um movimento tensionado e contínuo. Ou seja, a identidade do coordenador não é construída apenas por ele mesmo, ela também sofre influências do olhar do outro. Assim, torna-se imprescindível que todos tomem consciência do que é primordial em sua função, contribuindo desta forma para uma construção mais adequada desta identidade.

## 2.4 O papel do coordenador pedagógico

Para contribuir na construção do conhecimento das competências de um coordenador pedagógico é importante a ciência de suas atribuições indicadas pelo órgão ao qual ele está vinculado. De acordo com o Regimento das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em seu artigo 120, são atribuições do coordenador pedagógico:

- I – elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;
- II – participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico – PPP da unidade escolar;
- III – orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;
- IV – articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;
- V – divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;
- VI – estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;
- VII – divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;
- VIII – colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/desempenho escolar. (DODF, 2015, p.18)

Outra fonte de orientações sobre a atuação na coordenação pedagógica no Distrito federal é a Portaria de nº 284, de 31 de dezembro de 2014, nos capítulos II e III, que constam informações sobre os pré-requisitos para um professor se tornar coordenador, apresenta o procedimento de escolha, que se dá através de eleições, na qual prevalece a maioria de votos dos professores locais e define também qual será o quantitativo de coordenadores por escola, que é relacionado à quantidade de turmas da instituição. Em relação às atribuições do coordenador pedagógico o documento aponta as mesmas do regimento citadas anteriormente.

Em síntese, podemos dizer que o trabalho do coordenador deve ser pautado no planejamento, organização e avaliação das ações pedagógicas, na formação docente e na articulação entre os segmentos e instâncias. Deste modo, ele deve ser o grande articulador das teorias para o incentivo das práticas. Tendo como

instrumentos norteadores de suas ações o plano de ação, o PPP, o currículo e as orientações pedagógicas.

## **2.5 O coordenador pedagógico e o projeto político-pedagógico**

Neste processo de crescimento e organização da instituição, que é a elaboração do projeto político-pedagógico, o coordenador deve estimular e valorizar a participação de todos na elaboração do planejamento escolar coletivo. Juntamente com os gestores deve proporcionar momentos para a construção ou reformulação da proposta pedagógica da instituição. Dando oportunidade a todos os segmentos (professores, pais, alunos, profissionais de apoio pedagógico e administrativo) de opinarem e contribuírem, seja com ideias ou ações, para a transformação ou manutenção do fazer pedagógico da instituição.

Neste sentido, a Orientação Pedagógica do Projeto Político-Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do DF (2014) afirma que cabe ao coordenador pedagógico articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político-pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola.

Como articulador, o coordenador pedagógico deve tornar-se o agente inovador e precisa trazer para junto dele outros agentes inovadores. Estes de acordo com Veiga (2003, p.270) “lança as idéias e trabalhar para sua aceitação e implementação”.

Um fator fundamental para que o coordenador pedagógico alcance esse nível de construção coletiva será a formação continuada, não somente para o seu crescimento, mas também para o crescimento e amadurecimento do grupo. Neste sentido o coordenador pedagógico deverá levantar as necessidades e fragilidades deste grupo e oportunizar momentos de reflexões e troca de experiências sobre diversos temas, não somente sobre o projeto político-pedagógico. Como ressalta Veiga (2002) deve fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras.

Meurer (2010, p. 95) é ainda mais abrangente na questão da formação, pois afirma que “um projeto político-pedagógico emancipador articula-se com a reconstrução da formação continuada de toda a comunidade envolvida”. Desta

forma, o coordenador e a equipe gestora devem ofertar momentos de reflexão e formação, não só para o corpo docente, mas também para os demais profissionais da instituição e também para as famílias. Referindo-se sobre a questão da preocupação exclusiva da formação docente, este autor afirma:

De nada adianta professores formados, se eles não estiverem conectados com os saberes dos alunos, com os seus anseios, com seus valores, com sua cultura, com seus sentidos, porque ser professor é mais do que estar informado sobre a última descoberta científica e transmitir informações. Ser professor é interpretar essas informações e compreendê-las de tal forma que consiga relacioná-las com o mundo da vida do aluno (MEURER, 2010, p.108).

Além da formação da comunidade escolar o coordenador deve ater-se as estratégias de envolvimento desta comunidade no processo de construção, avaliação e reconstrução do projeto político-pedagógico. Cabe a reflexão sobre como facilitar esta participação, por exemplo, preocupar-se com o espaço e tempo em que essas reflexões acontecem, adequações da linguagem, importância dos temas refletidos e clareza dos objetivos destas reflexões.

Outro ponto de grande relevância que jamais deve ser ignorado pelo coordenador pedagógico são as três etapas indispensáveis do projeto político-pedagógico, que são a construção da proposta pedagógica, execução e avaliação das ações com análise dos objetivos atingidos ou não e a reformulação da proposta, que deve inserir as adequações necessárias. Vale ressaltar que em todas as etapas a participação de toda a comunidade escolar é imprescindível.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento analisado neste estudo foi o projeto político-pedagógico da Escola Classe Vila Buritis, que está subordinada a Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas – DF. A análise foi realizada conforme o quadro de roteiro para análise presente nos anexos.

De acordo com o documento, o projeto político-pedagógico atual da instituição teve o início de sua construção no final de 2012 e durante o ano de 2013, o projeto anterior a este foi descartado pela falta de coerência com a realidade escolar. De sua construção até os dias atuais o projeto em análise tem sido avaliado e reformulado frequentemente.

Os princípios fundantes do projeto político-pedagógico em questão são pautados no caráter: democrático, abrangente, participativo e contínuo. **Democrático**, no sentido de considerar que os integrantes da ação educativa são capazes de assumir o processo de transformação da educação escolar; **abrangente**, pois todos os integrantes e diversos componentes da organização escolar são avaliados; **participativo**, já que era prevista e garantida a participação de todos e **contínuo** por passar por avaliações e reformulações sempre que necessário.

De acordo com seu projeto político-pedagógico a escola pesquisada tem como missão:

A democratização de um ensino de qualidade, que visa a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos. Capazes de atuar em sociedade de forma transformadora, sempre buscando minar as desigualdades e respeitando as diversidades. E para nós, um ensino de qualidade é aquele que inclui, que garante a permanência e supere as desproporções entre sujeitos apresentadas no ponto de partida (PPP, p.11).

Em síntese, podemos notar que a preocupação principal da instituição está pautada nas seguintes palavras: democracia, qualidade, formação, permanência e igualdade.

Constam no documento diversos trechos que apresentam as concepções de ensino da instituição, que são direcionadas no sentido da educação integral do sujeito visando sua formação não apenas no campo das ciências, mas também sua formação social e cultural. Como no trecho a seguir:

A formação do sujeito integral é o principal alvo pedagógico desse Projeto Político-Pedagógico. Sendo assim, é preciso considerar os diversos níveis de desenvolvimento humano, tanto nos aspectos cognitivos, como nos afetivos, culturais, atitudinais e procedimentais (PPP, p. 6).

Outro ponto bem enfatizado no documento desta instituição é a busca pela igualdade:

Outro ponto relevante diz respeito à inclusão. Não só a inclusão das crianças diagnosticadas como pessoa com deficiência, mas a inclusão de todos, ou seja, a democratização da educação e do ensino. E essa escola deve buscar isso, justamente pela diversidade cultural, social, física e cognitiva que possuem (PPP, p.8).

O projeto político-pedagógico em questão tem como objetivos gerais:

- 1 – promover o ensino e a aprendizagem das habilidades e competências relacionadas à leitura, interpretação e produção de textos e aos problemas e operações matemáticas.
- 2 – Promover a valorização da diversidade cultural brasileira e suas matrizes, a auto-estima e os valores humanos e a educação para a sustentabilidade sócioeconômico-ambiental e humana.
- 3 – Promover a integração da escola, família e comunidade.
- 4 – promover a gestão democrática, participativa e de qualidade na escola.

Para cada objetivo geral o documento apresenta no mínimo dois objetivos específicos. São eles:

- 1.1– desenvolver projetos escolares de leitura, interpretação e produção de texto.
- 1.2 - Implantar as estratégias do projeto do BIA do 1º ao 5º ano.
- 1.3- Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do letramento matemático.
- 2.1- Implantar os currículos de educação inclusiva, da educação étnico-racial e da educação ambiental.
- 2.2- Promover momentos culturais, ecumênicos e literários.
- 2.3 – Promover a realização de projeto para mediação de conflitos, buscando valorizar a auto-estima e os direitos humanos de todos.
- 2.4. – Valorizar os profissionais da escola no intuito de criar um clima harmonioso e prazeroso para o desenvolvimento de habilidades e competências de todos.
- 3.1 – Promover a participação de pais e responsáveis em momentos reflexivos e educacionais na escola.
- 3.2 – Criar os meios de participação dos pais e da comunidade escolar nos projetos escolares.
- 4.1 – Garantir a participação coletiva nas decisões e transparência nas execuções da gestão financeira.
- 4.2 – Efetivar o Conselho Escolar como um membro consultivo e deliberativo das decisões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola.
- 4.3 – Sistematizar o processo de avaliação formativa na escola.
- 4.4 - Promover a organização do trabalho técnico e pedagógico de forma coletiva.

Para cada objetivo específico consta no documento um quadro com as ações a serem desenvolvidas e os responsáveis pela mesma, que visa o alcance dos objetivos propostos. Nessas ações estão inseridos pontos importantes, como a formação continuada, todos os projetos desenvolvidos, estratégias para a

participação dos pais, valorização dos profissionais entre outros. Nestes quadros aparecem também a figuras dos coordenadores pedagógicos que são responsáveis por diversas ações.

A instituição tem como concepção de avaliação, a avaliação formativa por permitir um olhar mais preciso ao processo de aprendizagem, em detrimento aos resultados avaliativos finais. Utilizam ainda às diretrizes avaliativas da SEDF que propõe a utilização dos Registros Avaliativos (Rav) e dos registros de Conselho de Classe nos anos iniciais, a escola utiliza-se desses recursos como forma de registro do desempenho dos educandos. Contudo, são utilizados outros instrumentos/procedimentos avaliativos pelos profissionais dessa escola, sempre com intenções formativas e inclusivas.

Buscam também atender a proposta de trabalho expressa no currículo em movimento, onde requer ações didáticas e pedagógicas sustentada em eixos transversais, e a articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, possibilitada pelos eixos integradores.

Como analisado anteriormente a questão da formação continuada e a função do coordenador pedagógico não vem esclarecida em objetivos específicos para estes temas. Mas, aparecem nos campos de ações e responsáveis. Nestes a formação continuada vem como uma das ações que visam garantir o cumprimento do objetivo referente às aprendizagens. E o coordenador aparece como o responsável por diversas ações no projeto, mas como dito antes não consta no documento trechos específicos para definir seu papel na instituição.

### **3.1 Análise dos questionários**

A coleta de dados nesta pesquisa foi complementada com a aplicação de questionários, que foram respondidos de forma voluntária por profissionais da instituição pesquisada (Escola Classe Vila Buritis). O questionário foi aplicado a 4 profissionais, sendo duas representantes dos professores, uma representante da coordenação pedagógica e uma representante dos profissionais de apoio a aprendizagem.

Com o intuito de facilitar o entendimento da análise nomearei as professoras por letras e as demais de acordo com a função.



Ao serem questionadas a respeito do que é o projeto político-pedagógico (PPP) obtivemos as seguintes respostas:

**Professora A:** *“Documento que norteia todas as ações da escola buscando construir uma educação de qualidade”.*

**Professora B:** *“é a identidade da escola, seu perfil, suas características, desafios e metas”.*

**Coordenadora:** *“é um documento que organiza o planejamento da escola e contribui para a autonomia do grupo”.*

**Pedagoga:** *“É o documento (projeto maior) de uma instituição escolar que abrange tudo que será desenvolvido na mesma, sendo possível avaliar, redimensionar e reavaliar o trabalho”.*

Ao analisar estas respostas percebemos que nenhum dos sujeitos apresenta a visão de que o projeto político-pedagógico venha a ser apenas um documento burocrático, que atenda a exigências superiores, pelo contrário, observamos que todas o consideram como um documento de grande importância para a instituição. As respostas nos remetem a uma afirmação de Veiga (2002, p. 14) que diz que “a principal possibilidade de construção do Projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade”.

Outro ponto relevante encontra-se na resposta da pedagoga que vai ao encontro com o que afirma Medel (2008, p. 105), “O PPP não é algo acabado, finalizado, pois está sempre em construção, sendo ampliado, modificado e reconstruído de acordo com as necessidades específicas de cada escola”.

A segunda questão busca compreender qual é a importância do projeto político-pedagógico, foram dadas as seguintes respostas:

**Professora A:** *“É importante para a construção da identidade da escola, apontando caminhos para alcançar uma educação integral de qualidade”.*

**Professora B:** *“Além de ser importante, necessário. Esse documento possibilita o registro escrito de uma prática”.*

**Coordenadora:** *“Assegurar metas elencadas e direcionar o trabalho anual”.*

**Pedagoga:** *“Amparar e nortear todo o trabalho pedagógico, adequar às ações a realidade subjetiva de cada unidade escolar, possibilitando reajustá-lo sempre que necessário”.*

Nesta questão a maioria dos sujeitos relaciona a importância do projeto político-pedagógico ao direcionamento da prática pedagógica, o que nos lembra a

afirmação de Meurer (2010, p. 90) que diz: “o projeto político-pedagógico é, antes mesmo de ser um documento, uma ação”.

A terceira questão diz respeito ao conhecimento sobre o que está proposto no projeto político-pedagógico da instituição em que atuam. Três respostas foram afirmativas e uma disse que conhece parcialmente.

O questionamento da quarta questão buscou saber se os interlocutores participaram efetivamente da construção do projeto político-pedagógico. Apenas uma não participou, pois ainda não estava na instituição no período de construção.

Na quinta questão o intuito foi identificar se o processo de construção foi feito de forma coletiva, os interlocutores responderam a questão: A escola oportunizou a participação de todos os segmentos da escola (gestores, coordenadores, professores, profissionais de apoio, pais e alunos) na construção do Projeto Político-pedagógico? Todos responderam que “SIM”.

A sexta questão buscou saber a respeito da eficiência da instituição na questão da divulgação da construção do projeto político-pedagógico. Nesta, todas as interlocutoras afirmaram a eficiência da escola neste item.

Ao analisar estas quatro questões acima, percebemos que a instituição adota uma perspectiva emancipatória ou edificante. Pois, segundo Veiga (2003, p. 275) nesta perspectiva “o projeto político-pedagógico é um meio de engajamento coletivo, que desenvolve o sentimento de pertença, mobiliza os protagonistas, definindo o norte das ações, fortalecendo a construção de uma coerência comum, para que a ação coletiva produza seus efeitos”.

Na questão sete o intuito foi perceber se o projeto político-pedagógico está sendo executado na instituição, para isso os interlocutores responderam a seguinte pergunta: Os projetos desenvolvidos na instituição estão de acordo com o projeto político-pedagógico da escola? Todas afirmaram que sim.

A oitava questão foi referente à avaliação do projeto político-pedagógico e com que frequência esta avaliação acontece. Duas interlocutoras responderam “às vezes”, uma respondeu “frequentemente” e outra respondeu “semestralmente”. Nesta diversidade de respostas notamos uma fragilidade, pois segundo as orientações pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do DF, a periodicidade da avaliação deve ser definida pelo grupo e registrada no Projeto Político-Pedagógico.

Na questão nove o intuito foi perceber a atuação do Coordenador pedagógico na elaboração, avaliação e reestruturação do projeto político-pedagógico. Os interlocutores tiveram as seguintes opções: Ineficaz, boa, muito boa e excelente. Três responderam boa e uma respondeu excelente. Percebe-se então que o coordenador participa destes processos, mas não é visto com grandes méritos pela maioria dos interlocutores.

A questão dez diz respeito ao trabalho do coordenador pedagógico na instituição, por ter sido elaborada de forma escalonada, dando notas de 5 a 10, será apresentada na tabela a seguir:

| ITEM AVALIADO  | PROFESSORA<br>A | PROFESSORA<br>B | COORDENADORA | PEDAGOGA |
|--|-----------------|-----------------|--------------|----------|
| Participação na construção do PPP                    | 7               | 10              | 6            | 9        |
| Participação na avaliação e reformulação do PPP      | 7               | 10              | 7            | 10       |
| Participação no planejamento e execução dos projetos | 7               | 10              | 9            | 7        |
| Participação nas reuniões coletivas                  | 7               | 9               | 9            | 5        |
| Orientações e sugestões na atividade docente         | 7               | 9               | 9            | 6        |
| Participação na formação continuada dos professores  | 7               | 9               | 7            | 8        |

Conforme a tabela, não percebemos grandes fragilidades na atuação da coordenação desta instituição, mas também não é unanimidade de que ela seja plenamente eficaz.

Um item importante a ressaltar é que a coordenadora se autoavaliou com notas inferiores nos campos que diz respeito ao projeto político-pedagógico, e isso se confirma através de seus escritos no campo de observações a acrescentar, presente no questionário. Ela faz a seguinte observação: *“O projeto político-pedagógico de nossa escola vem sendo construído ao longo dos anos, porém as coordenadoras pedagógicas nem sempre participam dessa elaboração, por falta de oportunidade”*.

A observação acima evidencia um desacordo com o Regimento das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em seu artigo 120, inciso segundo, que diz que é atribuição do coordenador pedagógico: *“participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do projeto político-pedagógico – PPP da unidade escolar”*.

E ainda vai contra a Orientação Pedagógica do Projeto Político-Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do DF (2014) em que se afirma que cabe ao coordenador pedagógico articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o projeto político-pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola.

Vale ressaltar, que ocorre uma contradição entre a observação feita pela coordenadora e a resposta da questão cinco, que pergunta se a escola oportunizou a participação de todos, onde ela respondeu que sim. Desta forma, a participação ocorre, mas não como aponta as orientações pedagógicas, onde o coordenador deve ser o “articulador” da elaboração e avaliação do projeto político-pedagógico da instituição juntamente com os gestores.

O que foi percebido na instituição é que os gestores por serem bastante ativos tomam todas as iniciativas, não impedem a participação do coordenador, mas de certa forma ignoram o seu papel no processo. Nesse caso, o coordenador deverá lutar pelo reconhecimento da importância de sua atuação diante dos gestores, para que assim o trabalho seja feito realmente em conjunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar a real função do coordenador pedagógico na elaboração, avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico (PPP). Para chegarmos ao ponto desejado foram percorridos diversos caminhos: conceituamos o que é o projeto político-pedagógico, analisamos de que maneira deve ocorrer a sua construção nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conhecemos a diversidade do campo de atuação de um coordenador pedagógico e por fim relacionamos a função do coordenador na construção do PPP.

Durante essa trajetória fizemos algumas descobertas que nos apontam algumas respostas. Compreendemos que o coordenador tem como papel fundamental a articulação das ações pedagógicas, sendo um elo entre os segmentos da instituição, bem como, em instâncias superiores. Além disso, ele é visto como o agente inovador e motivador das práticas pedagógicas. Outro ponto relevante observado foi que para que a participação do coordenador não seja feita de forma equivocada, torna-se indispensável à definição desta para todos, o que pode ocorrer inserindo esta atuação no projeto político-pedagógico da instituição. O que não ocorreu na instituição pesquisada.

Ao analisar a função do coordenador pedagógico dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública do Distrito Federal notamos que este está em fase de construção de sua identidade. Que muitas vezes sente-se sufocado diante das demandas, mas ainda sente um desejo de maior participação, como no caso da escola pesquisada, por isso, é de grande importância esta definição de seu papel, não só para ele, mas para todos da instituição. Para isso, buscamos inserir neste trabalho os documentos legais da rede que abordam estas definições, como o regimento da rede pública de ensino, orientações pedagógicas e outros.

A instituição participante da pesquisa apresentou vários pontos positivos na elaboração de sua proposta pedagógica, pois oportunizaram a participação de vários segmentos da instituição, prezam pela continuidade do trabalho pedagógico, visto que realizam as avaliações e reformulações do projeto político-pedagógico com frequência, e conforme foi pesquisado executam o que é proposto no documento. Sendo assim, a escola obedeceu a pontos importantes neste processo: coletividade, dinamismo e continuidade, o que nos leva a sinalizar que a instituição busca uma perspectiva emancipatória, pois prioriza a cooperação e participação dos envolvidos.

Em relação a atuação do coordenador pedagógico sugere-se que a instituição repense sobre o reconhecimento que tem dado a participação desse profissional na construção, avaliação e reformulação do projeto político-pedagógico. O início dessa valorização pode ocorrer buscando definir sua atuação, pautando-se nos documentos da rede e em debates na instituição, para posteriormente inserir o que for definido na proposta pedagógica da escola.

Por fim, desejo evidenciar que o presente trabalho possibilitou-me bastante aprendizado e para os que possuem as mesmas inquietações que me moveram a realizar esta pesquisa, ressalto que ajudou a sanar algumas dúvidas e apontar novas direções. Mas, que diante da amplitude do trabalho de ser coordenador pedagógico e do dinamismo que nos impõe o cotidiano escolar esta se torna uma pequena contribuição neste amplo campo de aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996,

CÓSSIO, Maria de Fátima. Et. al. **Gestão educacional e reinvenção da democracia: questões sobre regulação e emancipação**. RBPAAE. Brasília, 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL. **Regimento das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Nº 91. Brasília, quarta-feira, 13 de maio de 2015.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo-SP, 2005.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª Edição. Rio de Janeiro • São Paulo, 2004.

GOMES, Ana Valeska A. e BRITTO, Tatiana Feitosa de. **Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas**. Brasília, 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012**. Lei da Gestão Democrática da rede pública de ensino do Distrito Federal. Brasília, 2012.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Portarianoº 284, de 31 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre os critérios para Distribuição de Carga Horária no Distrito Federal. Brasília, 2014.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas-SP, 2008.

MEURER, Ane Carine. et. al. **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP. 2ª Edição, 2010.

PLACCO, Vera M. N. de Souza; SOUZA, Vera L. T. de; e ALMEIDA, Laurinda R. de. **O coordenador pedagógico: Aportes à proposição de políticas públicas.** Campinas-SP, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Orientação Pedagógica – Projeto Político-Pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas.** Brasília-DF, 2014.

VEIGA, Ilmar Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**, *in* Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Ed Cortez, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª edição Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 24ª Edição. Papirus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?** Campinas-SP, 2003.



# APÊNDICES



A presente pesquisa tem como objetivo Refletir sobre a função do coordenador pedagógico dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal.

**Título da pesquisa:** A atuação do coordenador pedagógico na construção coletiva do Projeto político-pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal.

## QUESTIONÁRIO

### I - IDENTIFICAÇÃO

Nome (opcional): \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

### II - FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Graduação: \_\_\_\_\_  
 Especialização: \_\_\_\_\_  
 ( ) Outro \_\_\_\_\_  
 Tempo de atuação no Magistério: \_\_\_\_\_  
 Tempo de atuação nesta Instituição: \_\_\_\_\_  
 Já exerceu outra função na instituição? \_\_\_\_\_  
 Qual? \_\_\_\_\_

### III - CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1 - O que é o Projeto político-pedagógico?

\_\_\_\_\_

2 - Qual é a importância deste projeto?

\_\_\_\_\_

3 - Você conhece o Projeto Político-pedagógico da sua escola?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

4 - Você participou da elaboração do Projeto Político-pedagógico de sua escola?

( ) Sim ( ) Não

5 - A escola oportunizou a participação de todos os segmentos da escola (gestores, coordenadores, professores, profissionais de apoio, pais e alunos) na construção do Projeto Político-pedagógico?

( ) Sim ( ) Não

Se não, qual segmento não participou? Quais os motivos da não participação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 – Para assegurar uma construção verdadeiramente coletiva é preciso uma ampla divulgação. Você considera que a instituição tenha sido eficiente neste item?

- ( ) Sim  
( ) Não

7 – Os projetos desenvolvidos na instituição estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola?

- ( ) Sim  
( ) Não

8 – Com que frequência o Projeto Político-pedagógico da instituição tem sido avaliado?

- ( ) Frequentemente  
( ) Às vezes  
( ) Quase nunca  
( ) Nunca  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

#### **IV – PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

9 – O coordenador pedagógico é um personagem muito importante no processo de construção e reelaboração do Projeto político-pedagógico da escola. Como você caracteriza a participação dos coordenadores da instituição?

- ( ) Ineficaz  
( ) Parcial boa  
( ) Muito boa  
( ) Excelente

10 – Como é a participação do coordenador pedagógico da instituição nos itens abaixo? **Numere de 5 a 10.**

- ( ) Participação na construção do PPP.  
( ) Participação na avaliação e reformulação do PPP.  
( ) Participação no planejamento e execução dos projetos da instituição.  
( ) Participação nas reuniões coletivas.  
( ) Orientações e sugestões na atividade docente.  
( ) Participação na formação continuada dos professores.

11 - Use esse espaço para acrescentar alguma observação, crítica ou sugestão que considerar relevante.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

| <b>ROTEIRO PARA ANÁLISE DO PPP DA ESCOLA</b>                   |
|--|
| <b>INDICADORES</b>   |
| 1- Princípios fundantes do PPP                                 |
| 2-Missão da instituição  |
| 3 - Concepções de educação, de sociedade e de aprendizagem     |
| 4 - Objetivos do PPP   |
| 5 -Plano de ação em relação aos objetivos traçados             |
| 6 -Concepção de avaliação da aprendizagem e do PPP             |
| 7 - Articulação entre as políticas públicas da SEEDF           |
| 8 - Função do(a) coordenador (a) pedagógico(a) / plano de ação |
| 9 - Formação continuada dos profissionais                      |